

# DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

## LIGA PERSPECTIVA SEMINÁRIOS PARA DEPUTADOS, AVOGADOS E MAGISTRADOS

### Assembleia Nacional Popular

Ao longo de mais de 25 anos, as leis eram produzidas na perspectiva duma Assembleia Monopartidária em consequência do sistema político (parti do/estado) vi gente na altura.

A queda do Art.º 4º da Constituição, permitiu o alargamento do espaço geográfico para as varias formações, cuja ANP passou a ser representada por Deputados de vários partidos.

O seminário de capacitação será dirigido aos 102 Deputados da Nação em colaboração com a ANP que terá uma duração de 4 dias.

A conversão da tendência monolítica do sistema político ora vigente requiere que a intervenção e a conduta de um Deputado se oriente pela melhoria de condições de vida da população o que equivale dizer que a concretização deste propósito passa necessariamente pela promoção dos valores mais sublimes da vida humana, no reforço da coesão interna dos Guineense, numa maior unidade do povo e uma maior flexibilidade que permitam a consolidação da democracia, tendo o respeito pela dignidade do homem como o baluarte para uma rápida e verdadeira Reconciliação Nacional.

Preocupados com a insipiência do sistema democrático Guineense afigurase como necessidade, apoiar o melhoramento e a elevação do nível de conhecimento dos Deputados da Assembleia Multipartidária Guineense, em matéria dos Direitos Humanos e Cidadania por forma a darem uma mais valia no exercício das suas funções. Enquanto Órgão Legislativo, entendeu a Liga organizar um seminário de promoção dos direitos humanos para os Deputados. Na óptica dos defensores dos direitos humanos, os deputados devem encarar a concepção, discussão e aprovação das leis, não numa vertente partidária, mas sim, numa perspectiva de universalidade e de respeito pela dignidade humana do povo Guineense, inspirada na Declaração Universal dos Direitos do Homem e dos Povos e noutros pactos e convenções internacionais em matéria dos direitos do homem.

Tendo em consideração que na nossa ANP coabitam Deputados com níveis diferentes em termos de conhecimento; Considerando a nova conjuntura sociopolítica que se vive neste período pós guerra e da necessidade de uma verdadeira reconciliação dos Guineenses, para a qual, os deputados da nação têm um importantíssimo papel a desempenhar tanto ao nível dos seus partidos assim como no exercício das suas funções enquanto representantes do povo, por forma a contribuir para a consolidação de um estado de direito democrático que se pretende a Guiné-Bissau, torna-se imprescindível o reforço das capacidades nacionais para que em conjunto possamos alicerçar as bases de uma cultura de tolerância e de civismo, e desencorajar atitudes belicistas, de abusos de poder e de arrogância política.

É entendimento absoluto da Liga de que, formações do género têm um propósito único: contribuir de forma positiva para a consolidação da Paz e de edificação duma sociedade mais justa, tolerante, equilibrada e de civismo na qual impera o diálogo permanente.

### Objectivos do seminário

Considerando a importancia de que se reveste a problemática dos direitos humanos, pretende-se com o seminário reforçar o conhecimento dos deputados da nação sobre os direitos humanos e cidadania por forma a permitir-lhes um melhor posicionamento na aprovação das leis.

Por isso os conhecimentos que se pretendem estejam ao alcance dos deputa-

dos, serão versados nas seguintes temáticas:

Direitos Fundamentais na Ordem Jurídica Interna. (Limites de imunidade do Deputado); Papel da ANP na consolidação de um Estado democrático; Legislação Internacional em matéria dos Direitos Humanos (Pactos, Acordos e Convenções); Separação de Poderes e a Consolidação da Democracia.

### Advogados e Magistrados

Como um dos órgãos da soberania nacional, o poder judicial tem uma voz activa no relançamento das bases para a afirmação de um Estado de Direito que se queira a Guiné-Bissau. A independência do pensamento e de acção e o dever de obediência a consciência e a lei na aplicação da justiça exigese, porque é imprescindível ao exercício dessa profissão. A distancia entre a justiça e o cidadão comum continua a estrangular a efectivação dos supremos anseios do povo. As actuais exigências em moldar a sociedade Guineense e a inadiável luta que se coloca ao país contra a corrupção, exigem dos Advogados e Magistrados, esforços acrescidos e um maior rigor na aplicação das leis. Os esforços do desenvolvimento nacional devem ser acarinados com a aplicação efectiva da justiça, pois o investimento externo assegura-se com a implacabilidade da justiça para a qual os Advogados e Magistrados têm uma palavra a dizer.

Associam-se a esses factores, a observancia da ética e da deontologia profissionais por parte dos homens da lei.

É nes sa perspectiva de poder dar a sua modesta contribuição que a Liga organiza um seminário para Advogados e Magistrados em matéria dos Direitos Humanos e Cidadania.

A mudança que se processa no país, tende a conduzir o cidadão comum à uma nova sociedade em que a pluralidade de ideias, opiniões e interesses manifestam e se chocam entre si e a justiça deve estar presente para dirimir essas contradições naturais, sejam de que natureza forem. Nessa perspectiva, indispensável se torna a reciclagem contínua de conhecimentos dos agentes da Lei, conhecimentos esses susceptíveis de melhorar e orientar as suas actividades profissionais num quadro pluralista e de um Estado de Direito Democrático.

### Objectivos do seminário

O seminário visa aprofundar os conhecimentos dos agentes da Lei sobre os Direitos, Garantias e Liberdades Fundamentais dos cidadãos e a sua aplicabilidade pratica no ambito da justiça. Isto permitirá os cidadãos terem maior confiança no sistema judicial e passarão a colaborar com a justiça e a sua efectivação irá desencorajar os ajustes de conta e a justiça por mãos próprias. Um dos fundamentos deste seminário assenta no facto de constituir uma oportunidade que irá permitir consolidar os conhecimentos dos agentes da Lei, em matéria dos Direitos Humanos e Cidadania.

Os Advogados e Magistrados passarão a ter uma visão mais ampla e abrangente, podendo nas suas funções de administração da Justiça, criar uma confiança de aproximação do povo, inclusive, o das tabancas mais recônditas do país e fazer vincar na opinião pública, quão indispensável é a justiça para a afirmação de um Estado de Direito Democrático e na construção de uma sociedade mais tolerante e respeitadora dos direitos liberdades fundamentais da dignidade humana.